

JORNAL DE BRASÍLIA

Na alguns anos temos presenciado o surgimento e crescimento do que passarei a chamar de "Síndrome da secura do ar" de Brasília, caracterizada por "tonteira, desmaios, mal-estar, inapetência, desinteresse, cefaléia, baixo rendimento escolar e no trabalho, problemas respiratórios etc...", segundo relato colhido junto a populares, pela imprensa local.

A cada ano esta síndrome vem sendo divulgada pela mídia, apoiada pela Defesa Civil que ameaça fechar escolas, e outros que até já sugeriram que fosse mudado o calendário escolar.

Como trabalhamos na área de saúde, especificamente em alergia, e sabendo que as manifestações respiratórias alérgicas diminuem com a umidade relativa do ar menor que 50%, ao contrário do que vem sendo divulgado, fomos procurar na literatura médica dados que justificassem as atitudes da mídia e da Defesa Civil e, porque não dizer, do próprio Governo do Distrito Federal, que já chegou a fechar as escolas de Brasília por alguns dias, no ano de 1994, porque a umidade relativa do ar havia atingido "níveis perigosos".

O que poderíamos chamar de níveis perigosos de umidade do ar para a população de Brasília? Um levantamento feito por meio do medline, que abrange cerca de 8.500 revistas e periódicos da área de saúde de todo o mundo, foi frustrante. Há pesquisas sobre infecção por vírus e fatores climáticos na Nigéria, suicídios e variação climática em Cingapura, otites agudas e o clima na Alemanha etc., mas nada sobre níveis perigosos de umidade relativa do ar.

Pelo que pudemos apurar não houve nenhum estudo realizado em Brasília relacionado a baixa umidade do ar com a frequência de doenças.

Imaginamos que o GDF suspende as aulas naquela época, baseado em

WELLINGTON BORGES

alguma lei. Encontramos a Lei nº 492, de 15/07/93, de autoria do deputado distrital Agnelo Queiroz, que trata deste assunto, embora não determine que se suspendam as aulas ou que se façam mudanças no calendário escolar. O seu artigo 2º diz que o GDF tem a obrigação de divulgar os índices de umidade relativa do ar e aconselhar medidas para minimizar os seus efeitos, quando forem atingidos índices menores que 20%.

Mas o projeto de lei nº 253/91 do deputado Agnelo Queiroz sugere no artigo 3º "sempre que o índice de umidade relativa do ar for igual ou inferior a 15%, fica determinada a imediata suspensão de atividades públicas e privadas, durante um intervalo contínua de quatro horas...". E no artigo 4º - "sempre que o índice de umidade relativa do ar for igual ou inferior a 12%, é decretado "estado de alerta".

Parágrafo primeiro - Serão suspensas quaisquer atividades produtivas não essenciais até que seja constatada a elevação desse índice.

Parágrafo segundo - Os estabelecimentos de ensino terão suas aulas suspensas por cinco dias consecutivos ou até que..."

Estes artigos foram vetados no ato da aprovação da lei.

Nas justificativas para tais medidas, o deputado cita que baseou-se em recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Acontece que a OMS jamais promoveu um estudo em Brasília, ou em outra parte do mundo, para verificar os efeitos da baixa umidade relativa do ar sobre as pessoas, segundo informações colhidas por nós, junto à representação da OMS no Distrito Federal. Os únicos dados que conseguimos constam de uma publicação de 1972 (Riesgos del ambiente humano para la salud. Publicación científica nº 329 - OPAS - Clima y altitud - capítulo 8 - páginas 124-132), onde há as seguintes afirmações:

"A espécie humana caracteriza-se por uma notável capacidade de adaptação ao meio. Esta adaptação se traduz em um ajuste da fisiologia e o comportamento às condições ambientais.

A aclimatação procede a um ritmo muito rápido durante os primeiros dias de exposição ao calor e é quase total ao cabo de duas semanas.

O grau de aclimatação ao calor pode diferir, segundo o ambiente quente seja úmido ou seco e talvez seja melhor neste último caso, porque a evaporação é mais eficaz. "Os transtornos de aclimatação parecem ser mais comuns em ambientes quentes e úmidos". (Metz, 1967).

Diante destas informações, gostaríamos de sugerir:

1 - Que a Defesa Civil apresentasse à população dados que justificassem suas atitudes durante o período de seca.

2 - Que diante de dados científicos confirmando os efeitos deletérios da secura do ar, o GDF, por meio de sua Secretaria de Saúde promovesse um programa sério de esclarecimento junto à população e tomasse as medidas adequadas nas chamadas situações críticas.

3 - Caso não haja estudos que comprovem os malefícios provocados pela baixa umidade do ar, que sejam feitas campanhas para diminuir na população este sentimento propagado durante anos e que poderia estar induzindo-a a manifestar a "Síndrome da secura do ar".

4 - Que a imprensa escrita, falada e televisiva procure se informar mais adequadamente, para transmitir melhor as informações à população, e mais tarde não ser acusada de ter propagado uma informação incorreta, prestando um desserviço à comunidade.